

# Patrimônio, Geografia e Paisagem: construindo estratégias de patrimonialização na Amazônia

*Patrimony, Geography and Landscape: building patrimonialization strategies in the amazon*

Francisco Perpetuo Santos Diniz\*

## Resumo

O artigo apresenta uma discussão sobre o processo de valoração de paisagens que fundamentem a ativação de patrimônios culturais, materiais e imateriais chancelados pela UNESCO na Amazônia, relacionando-os aos *patrimônios subalternos* analisados pela perspectiva dialética, buscando dar visibilidade aos patrimônios locais não reconhecidos pela lógica hegemônica global. A pesquisa tem um caráter qualitativo, bibliográfico e os resultados demonstraram que os patrimônios amazônicos inscritos na dinâmica de produção do espaço e paisagens, não são reconhecidos pelos órgãos da patrimonialização mundial, mas devem ser o fundamento das políticas de patrimonialização, pois não se resumem a ideia dominante de serem feitos de pedra e cal.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Geografia; Paisagem; Patrimonialização Subalterna.

## Abstract

The article presents a discussion about the process of valuation of landscapes that base the activation of material and immaterial cultural heritage patronized by UNESCO in the Amazon, relating it to the subaltern patrimonies analyzed by the dialectical perspective, seeking to give visibility to local patrimonies not recognized by global hegemonic logic. The research has a qualitative, bibliographic approach and the results demonstrated that the Amazonian heritage inscribed in the dynamics of space production and landscapes, are not recognized by the organs of world patrimonialization, but must be the foundation of patrimonialisation policies, since they are not limited to dominant idea of being made of stone and lime.

**Keywords:** Patrimony; Geography; Landscape; Subaltern Patrimonialization.

\* Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Pará e Vice-Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação e Meio Ambiente na Amazônia (GRUPEMA) da Universidade do Estado do Pará. E-mail: fpsdiniz@gmail.com

# I n t r o d u ç ã o

A problematização da dinâmica de patrimonialização implementada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) nos dá subsídio para discutirmos e propormos novas possibilidades de patrimonialização na Amazônia, especialmente, as destinadas às populações ancestrais que reproduzem seus cotidianos diretamente ligados a apropriação da natureza. Ao implementar processos de patrimonialização, a Unesco age em consonância com interesses de agentes capitalistas em nível mundial, especialmente os ligados à promoção do turismo com a oferta de serviços de hotelaria, viagens, alimentação, setor bancário etc.

A metodologia de patrimonialização da Unesco apresenta uma lógica totalitária ao incentivar a espetacularização e midiaticização de locais patrimonializados como se fossem as realidades de todas as malhas rurais e urbanas onde são implementados ao impor à valorização de frações espaciais por modelos que não podem ser replicados em outros lugares e, ao mesmo tempo, ignorando dinâmicas sociais e culturais que edificam patrimônios locais. A patrimonialização de certas frações espaciais pela Unesco é fundamentada em paisagens intituladas de valores inestimáveis e incontestes excepcionalidades, sendo edificadas hegemonicamente por construções humanas que representam conjuntos arquitetônicos<sup>1</sup>, igrejas, monumentos, casarões antigos, fortes, museus, entre outros, cujos valores se referem às elites dominantes pretéritas, mas que são apropriados visando interesses capitalistas de grupos políticos e econômicos que buscam a valorização imobiliária, a promoção do espaço turístico, a auferição de lucros com a refuncionalização urbana, etc.

A patrimonialização que emana da Unesco se baseia na comercialização de paisagens que são forjadas, projetadas e reafirmadas, sempre visando a reprodução capitalista. Mesmo as paisagens ditas naturais que, apesar de apresentarem a dominância de elementos da natureza (praias, morros, florestas, biodiversidade, etc.), também são objetos da comercialização impulsionada pela globalização da patrimonialização. Assim, tais processos são questionáveis devido à invisibilização proposital que impõem à cultura e sociedade da maior parte de patrimônios não reconhecidos e cultivados por populações pobres, indígenas e outras minorias.

<sup>1</sup> Segundo Ribeiro (2007) foi a partir da Carta de Veneza (1964) que a patrimonialização passou a incorporar aos valores artístico e histórico a noção de paisagens fundamentadas em conjuntos arquitetônicos expressos em paisagens singulares. Assim, rompeu-se com a ideia de monumentos isolados do entorno onde se situava.

É a partir do contexto segregador de patrimonialização praticado pela Unesco que conjecturamos a construção de um fazer alternativo de patrimonialização na Amazônia ao propormos o que denominamos de *patrimônios subalternos*<sup>2</sup> tidos como todas as expressões de patrimônios cultivados pelos povoados locais e de outras partes do mundo e que fogem ao modelo da patrimonialização mundial, mas que possuem relevante valor para os empobrecidos, para as coletividades rurais, urbanas ou extrativistas que edificam seus cotidianos em memórias, histórias e saberes culturais não reconhecidos.

Portanto, apontamos uma nova perspectiva da patrimonialização no contexto amazônico fundamentada na valorização de saberes, fazeres, processos educativos, práticas de trabalho, reprodução cultural, modos de vida e cotidianos de povos locais que vivem nas matas, águas, meios rurais ou que se encontram esquecidos em periferias urbanas, ignorados pela patrimonialização da Unesco.

Assim, considerar o processo de construção e significação de paisagens inerentes à produção de patrimônios na realidade amazônica, na perspectiva da contradição, da historicidade e da totalidade, é um grande desafio teórico e um contra-movimento de contestação edificado pelo que chamamos de *patrimonialização subalterna*, especialmente por dar vozes aos grupos sociais inseridos marginalmente no processo de patrimonialização global de paisagens.

## Paisagem como Fundamento da Patrimonialização da Unesco

No contexto da ciência geográfica a paisagem passou a ser estudada no pensamento acadêmico somente no século XIX nas escolas Francesa e Alemã ou Possibilista e Determinista. Na França, Paul Vidal de La Blache tentou explicar a diferenciação das paisagens a partir dos gêneros de vida que estariam expressos nas relações dos homens com o meio e organização social do trabalho. Segundo Schier (2003, p. 24), na Alemanha predominava o conceito de paisagem baseado na descrição<sup>3</sup> dos elementos naturais e humanos. O estudo da paisagem ganhou destaque na escola de Berkeley (EUA) ou de Geografia Cultural Tradicional e tinha em Carl Sauer seu maior ícone. Carl Ortwin Sauer (1889-1975) publicou, em 1925, o *A Morfologia da Paisagem*

<sup>2</sup> São aqueles produzidos pelas populações marginalizadas socialmente e minorias étnicas que participam periféricamente da economia do patrimônio.

<sup>3</sup> Para Schier (2003) Alexander von Humboldt com *Os Cosmos* (1944), Carl Ritter com a *Geografia Comparada* (1865) e a *Antropogeografia* (1990) de Friedrich Ratzel fundamentaram o conceito da paisagem com o método da transcrição de dados sobre áreas distintas do planeta.

cuja obra questionava as noções de determinismo geográfico e ambientalismo, alegando que as paisagens não eram resultado dos processos de modelagem dos elementos naturais, que as sociedades não eram regidas por leis naturais universais, criticando, inclusive a exclusão do homem como agente produtor do espaço e paisagens. Contudo, o principal mérito de Sauer foi propor a diferenciação de áreas como objeto de estudo da Geografia e a paisagem como conceito central dos estudos geográficos. Já nos anos 1960, com a emergência da Geografia Humanista e a crítica ao Positivismo da geografia teórica ou quantitativa, a paisagem passou a ser compreendida para além do visível, destacando-se as subjetividades e valores simbólicos, cujos desdobramentos resultaram no entendimento de que eram documentos abertos aptos a múltiplas interpretações.

Nos anos 1970, houve o desenvolvimento de novos caminhos epistemológicos associados aos estudos da paisagem, sendo que, a escola que ganhou maior emergência e destaque nesse campo de estudo foi a marxista, por considerar a construção de paisagens a partir da ação dos sucessivos modos de produção, da historicidade, da materialidade do mundo, da relação visível e invisível, entre outros. Na geografia um dos maiores expoentes dos estudos da paisagem associada ao espaço foi Milton Santos (2012, p. 55) ao entender que ambos eram produzidos por dinâmicas que evidenciavam a totalidade socioespacial estritamente vinculadas às formas, estruturas, processos e funções<sup>4</sup>.

A vinculação da economia ao patrimônio<sup>5</sup> ganhou notoriedade a partir da segunda metade do século XX, quando houve o resgate de paisagens, especialmente as antigas, enquanto “objeto-mercadoria” a serem consumidas de diversas formas. Ressalta-se que a ideia de patrimônio cultural em voga dá protagonismo aos centros urbanos, às áreas históricas, aos objetos dotados de valores, ao ideário de preservação da história das coisas, ficando para segundo plano, a noção de patrimônio enquanto emanção de paisagens que revelam as manifestações sociais e de bens singulares (materiais e imateriais) não vinculados a objetos visíveis. Segundo Ribeiro (2017, p. 50) a partir de 1970, a ideia de patrimônio foi profundamente transformada com a ampliação dos bens patrimonializados devido à influência da Carta de Veneza (1964), do questionamento da exclusividade de tombamento feito por técnicos especializados e da perspectiva da referência cultural como referenciadora da patrimonialização. Ribeiro (2017, p. 49-50) enfatizou a mudança de discurso pela Unesco quando superou a imagem de patrimônio como objeto de tombamento e referência ao enaltecimento de monumentos e conjuntos arquitetônicos feitos obras de arte e preservação da história que passaram a ser considerados como *textos* e *documentos* ávidos a serem interpretados.

4 Para Santos (2012), a forma é todo objeto acumulado temporalmente de maneira diferenciada no espaço. A Estrutura relaciona-se à dinâmica socioeconômica de produção do espaço. Função diz respeito como certos objetos mudam de função conforme os tempos sociais locais e globais e o processo porque a produção do espaço revela movimento ininterrupto.

5 Segundo Choay (2017), o termo patrimônio sofreu ao longo dos anos um conjunto de transformações. No passado patrimônio expressava a transferência de bens que eram garantidos como propriedades a gerações futuras. No século XIX, na Europa, patrimônio representava a preservação dos bens da igreja e da aristocracia, além das obras de artes e, especialmente, a cultura de um povo associada a uma identidade nacional. Os bens materiais aceitos coletivamente por quase toda nação eram definidos como patrimônio material.

A noção de Paisagem Cultural propalada pela Unesco objetivou superar o paradigma de modernidade que dissociava o homem da natureza, sendo uma estratégia que visava dar ênfase às culturas material e imaterial, aos bens naturais. Segundo a Unesco as paisagens poderiam ser definidas pelos seus limites, desde que dessem a ideia de conjunto excepcional:

As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da *Convenção*. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas (UNESCO, 2011, p.18).

Por muito tempo a metodologia de patrimonialização emanada da Unesco vinculou paisagem com área física delimitada, uma localidade. O problema consistia no fato da paisagem, seja ela natural ou cultural, estar limitada a uma localidade não vinculada a processos endógenos e exógenos contraditoriamente edificados. A paisagem cultural definida pela Unesco tinha como foco de análise pontos fixos em determinados locais que teriam evoluído independentemente.

É neste contexto histórico que as paisagens fundamentaram a economia desigual do patrimônio, pois apenas poucos locais eram visibilizados pelos *arquitetos do mundo*<sup>6</sup>. Na Conferência da Unesco, em Paris em 1972, houve a determinação de criação de uma Lista do Patrimônio Mundial objetivando inscrever paisagens que constituíssem bens culturais e naturais de valores universais e excepcionais, cabendo aos Estados Membros da Convenção identificar e preservar os bens patrimoniais. Tal metodologia ratificou ainda mais a atuação de *profissionais do patrimônio* com *extremo saber* na definição de paisagens-patrimoniais, além de haver a separação de paisagens naturais restritas às belezas naturais e as culturas vinculadas aos sítios e construções excepcionais, mas que deveriam ser conservadas conjuntamente. Segundo Ribeiro (2007, p. 111-112) somente no início dos anos 1990 que a Unesco definiu o conceito de paisagem cultural a ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, estando a mesma subdividida em categorias claramente definidas, que seriam as criadas intencionalmente; as evoluídas<sup>7</sup> organicamente numa espécie de evolução biológica de transmissão de caracteres hereditários de uma geração a outra que, por sua vez, seriam desdobradas em fósseis por terem encerrado seu ciclo de evolução; e contínuas, mesclando aspectos tradicionais com os atuais; e, por fim, as paisagens associativas em que apesar da presença de aspectos culturais, artísticos e religiosos predominassem aspectos naturais. Ressalta-se que a ideia de evolução que marcou os fundamentos teóricos da noção de paisagem cultural, menosprezava a historicidade, os conflitos sociais e a segregação espacial decorrentes das práticas do capitalismo.

6 Para Costa (2015) os *arquitetos do mundo* representavam os organismos multilaterais globais responsáveis pela patrimonialização, sendo eles o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

7 A ideia de evolução advém da teoria da seleção natural das espécies do pensamento darwinista em que os seres mais aptos às contingências do meio sobreviveriam e levariam vantagens sobre os demais.

Na *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, organizada pela Unesco, em 2003, houve a preocupação em identificar possíveis ameaças sionaturais aos patrimônios culturais visando salvaguardá-los, além do reconhecimento das influências negativas do processo de globalização e a necessidade de aprimoramento e legitimação de acordos internacionais para proteção de patrimônios da humanidade. Destaca-se ainda, que a Conferência de 2003, definiu claramente o que expressava o patrimônio cultural imaterial, seguido da normatização dos *Órgãos da Convenção*, de *Comitês Internacionais*, métodos de trabalho nos *Comitês*, os pré-requisitos para a participação dos Estados Membros, as metodologias para a Salvaguarda no interior dos Estados Nacionais, a participação das comunidades e grupos, a definição da Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade as formas de cooperação e assistência, a criação do Fundo para preservação patrimônio.

Apesar de todo esforço de adaptar a metodologia de patrimonialização aliando cultura a paisagens naturais, a Unesco continuou definindo patrimônio, em nível global, pelo processo hierárquico e seletivo reforçando as desigualdades socioespaciais entre as nações. A *mumificação* de paisagens pela patrimonialização dominante é analisada por Costa (2016, p. 35) como a *patrimonialização global*<sup>8</sup> por expressar um conjunto de políticas públicas ou privadas destinadas a fomentar a patrimonialização centrada na turistificação de paisagens reforçando os valores das elites dominantes pela colonialidade de poder e seguindo a lógica dos *arquitetos do mundo*. A dialética da *patrimonialização global* eleva às particularidades dos lugares as singularidades comercializadas universalmente, mas impõe uma seletividade espacial problemática, quando:

o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovida pela dialética Estado-mercado sobre as bases da técnica, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de ressignificação dos lugares da cultura e da natureza em escala planetária (COSTA, 2015, p. 35).

Para Costa (2015, p. 205), há uma lista estabelecida pela Unesco que impõe a *geografia desigual do patrimônio cultural*, na medida em que os patrimônios em sua maioria se concentram nos países da Europa e nos Estados Unidos, tendo inclusive, as sucessivas Conferências da Unesco e do Icomos ratificando o *status quo* referente à hierarquia dos bens patrimonializados e a reprodução do modo de produção capitalista perversamente. Para o mesmo autor, em 1994, o Icomos, buscando amenizar as pressões referentes à dominação dos países ricos na lógica da patrimonialização mundial, através da *Estratégia Global* fundamentada na noção de *Valor Universal Excepcional*, elevou os bens locais a um patamar de singularidade universal, buscou contraditoriamente, encorajar os Estados a fazerem parte da Convenção e inserirem regiões e temas na lista do patrimônio global, mas ao mesmo

<sup>8</sup> Metáfora desenvolvida por Costa (2015) para explicar a escala de ação dos *arquitetos do mundo* e que se configura na replicação de modelos de patrimonialização em nível planetário.

tempo, via informação, reforçou o aprimoramento de sua atuação a reafirmação da mundialização da ideia da necessidade de inserir os bens imateriais na dinâmica da patrimonialização mundial. A noção de paisagem, emanada do Icomos e Unesco visou consolidar a reprodução desigual da patrimonialização, apesar de tentarem se adaptar as novas dinâmicas da arquitetura e do desenvolvimento, amenizando as pressões da urbanização, desenvolvimento local, inserindo as comunidades e bens imateriais as paisagens urbanas e históricas como bens de propriedade de toda humanidade.

A resignificação de paisagens pela Unesco no Brasil, mais especificamente, no Rio de Janeiro, com o registro do Cais do Valongo e *as paisagens cariocas: entre as montanhas e o mar* como patrimônios mundiais, sendo a primeira inscrita como marco do processo de escravidão, de territórios quilombolas e afrodescendentes que estariam passando por um intenso processo de revitalização e requalificação feito por grandes obras estruturais, especulação imobiliária e promoção turística e a segunda vendida como paisagem cultural baseada na tradição paisagista e arqueológica, foi analisada por Ribeiro (2017, p. 55) como um processo antidemocrático por restringir a participação popular na escolha dos bens a serem inscritos para patrimonialização. Segundo Silberman (2016, p. 61) o patrimônio vem sendo comercializado e atende a um conjunto de interesses econômicos específicos de certos grupos e questiona até que ponto as pessoas e comunidades ligadas aos locais onde o patrimônio é comercializado, são beneficiadas? Hernández e Tresseras (2001 p. 117) fazem uma instigante análise acerca dos processos de patrimonialização e das tensões que envolvem os sujeitos locais e os órgãos da patrimonialização quando destacam que urge a necessidade da qualificação e atuação ética e responsável de profissionais públicos encarregados pela gestão do patrimônio e a democratização na seleção do que deve ser selecionado. Aliás, a dicotomia existente entre os interesses de órgãos públicos, de agentes de setores privados e de populações locais é sempre permeada por conflitos e tensões que não podem ser ignorados. O processo de revalorização urbana e de volta ao passado é apontado por Smith (2006, p. 93) como a *herança autorizada da arqueologia do patrimônio* por representar interesses econômicos e políticos inscritos em discursos legitimadores do *status quo*, mas que podem ser questionados pelo princípio de negociação política, de inversão de valores, de construção de identidades ligadas a memórias, aos lugares e paisagens que emanam resistências de grupos subalternos.

No que se refere ao processo de turistificação de paisagens pela patrimonialização, Sottrati (2013, p. 610) argumenta que há uma romantização das paisagens nas cidades pela difusão de um reductionismo simbólico e pela criação de processos mercadológicos que forjam a espetacularização de paisagens locais, menosprezando as complexidades históricas, sociais e econômicas. Neste sentido, a turistificação do patrimônio impõe a fragmentação de paisagens como uma suposta totalidade da cidade. Para Canals (2006, p. 78-79), a *ativação do patrimônio* possui duas perspectivas, sendo a primeira representativa de relações que vinculam a economia turística à representação de identida-

des, mas que resultam na mercantilização do patrimônio e a perspectiva que legitima as diferenças entre os povos, mas que tem por objetivo final, a construção de processos turísticos mais solidários e comunitários.

Portanto, a patrimonialização hegemônica na Amazônia deve ter seu fundamento em práticas culturais e espaciais que edificam paisagens locais, pois na região, as paisagens culturais representam frações espaciais em constante transformação social, histórica e carregada de contradições, memórias, fazeres e práticas de trabalho a todo instante renovadas

## Paisagens e Dialética

Os princípios dialéticos da totalidade espacial descritos por Santos (1988, p. 5) definindo o espaço observado como apenas manifestação do espaço invisível e total, sendo o primeiro negado constantemente e a noção de que toda realidade é uma abstração do concreto, cujos recortes feitos do objeto servem como pano de fundo para criações de abstrações do concreto e de totalidade concreta descrita por Kosik (1995, p. 44), esfacelam o discurso histórico da patrimonialização da Unesco quando consideramos que as paisagens não se restringem ao campo da visão e se referem, apenas, a parte de sua expressão empírica, sendo que sua essência vai além de sua localização espacial, pois evoca temporalidade, historicidade e processos sociais singulares de produção do espaço. As paisagens não se limitam a um conjunto arquitetônico, monumentos ou dádivas naturais que teriam evoluído com o tempo, pelo fato de que as mesmas se encontram em constante movimento expressando sempre processos marcados pela produção e reproduções de formas espaciais que a todo instante seriam destruídas<sup>9</sup>, reconstruídas e significadas.

Para Kosik (1995, p. 49), a investigação de fenômenos considerando o todo e as partes não se restringem ao entendimento de que a totalidade é a união das partes no sentido de dar conta de toda realidade, pois a ideia de totalidade concreta pressupõe o entendimento das relações dialéticas que envolvem o todo, as partes e vice-versa. Para o mesmo autor, a realidade não é como ela se apresenta, visto que, o que vemos é apenas uma pseudo-concreticidade, pois a mesma não se apresenta imediatamente ao homem, estando vinculada a práxis utilitária, ou seja, a forma como o sujeito experimenta e representa as coisas do mundo, mas à medida que há o questionamento sucessivo do mundo vivido, a essência manifestada, primeiramente, no plano do vivido

<sup>9</sup> Choay (2017) ao analisar a dinâmica de patrimonialização na França, especialmente em Paris, destacou o processo dialético construtivo-destrutivo-reconstrutivo dos monumentos históricos.

vai sendo desnaturalizada até se tornar essência decorrente do entendimento de como as coisas, elementos e variáveis constituem o processo fenomênico. Para Santos (1988, p. 6), o espaço visível é a manifestação superficial do espaço enquanto emanção do senso comum, circunscrito à área de vivência dos sujeitos. Neste sentido, a essência num estágio inicial é aparência (visível) e invisível ao mesmo tempo, sendo que para conhecê-la é preciso percorrer suas entranhas e descortinar o mundo-fenomênico que a visão pode observar. Quando associamos este princípio do visível e do invisível à *patrimonialização global*, conjecturamos que os agentes da patrimonialização hegemônica, na maior parte dos casos, concebem as paisagens tão somente pelo plano das manifestações visíveis. Isto nos permite inferir que uma contribuição precisa ser feita, pois na Amazônia, as paisagens a serem patrimonializadas necessitam de profundas problematizações e questionamentos de como elas foram construídas historicamente, como as sociedades as interpretam, apresentam indicadores de processos que revelam opressões, resistências e identidades. Restringir a paisagem ao plano do visível é o mesmo que concebê-la no plano do empírico, ou seja, de uma pseudo-concreticidade, porém quando problematizada, questionada, analisada e interpretada tornar-se-á paisagem invisível. A paisagem invisível não está escondida no espaço da pseudo-concreticidade, mas é revelada ou desnudada quando a compreendemos para além do espaço integrante de paisagens visíveis. As paisagens invisíveis se manifestam no plano da visão, mas vão muito além do objeto-dado. Nesta perspectiva, as paisagens a serem ativadas na Amazônia devem ser identificadas pelas comunidades locais através de relatos, memórias e descrição de práticas de trabalho que envolvam cotidiano e cultura.

Neste sentido, conjecturamos que os agentes da *patrimonialização global* denominam propositalmente de paisagem todo objeto socionatural observável no plano da aparência e não consideram que o que se observa é apenas um registro temporal e espacial de um processo que nunca se esgota. Ressalta-se que as paisagens são apenas abstrações cognitivas ou um conceito que serve como parâmetro ou pano de fundo para o entendimento de como certas frações espaciais determinam e são determinadas pelas ações patrimonializadoras da Unesco. Assim, as Organizações Mundiais da patrimonialização ignoram a integração entre o todo (o espaço) e as partes (as paisagens) e vice-versa na lógica da identificação e determinação de paisagens de expressivos valores universais.

A suposta ação totalizadora da *patrimonialização global* se restringe à tentativa de difusão de uma patrimonialização homogênea em determinadas áreas, mas na prática, fica restrita a poucos fragmentos espaciais. As paisagens amazônicas não podem ser mais vistas pela *patrimonialização global* como linhas, pontos, nós, áreas e polígonos dissociados do restante do todo do campo, das áreas ribeirinhas e extrativistas, do todo da cidade, do Estado, da região, do país e do mundo. A ideia de evolução ambiental e social menospreza as paisagens ligadas à produção do espaço em nível mundial e induz ao entendimento de que elas surgiram feito *tábua rasa*, evoluíram independentemente e se petrificaram, seja em áreas rurais, urbanas e naturais, autonomamente não

se relacionando aos espaços edificados pela história, memória, luta de classes, modos produtivos temporalmente sequenciados e como expressão de uma totalidade social e espacial indivisível. Bruyne (1977, p. 65) descreve o fundamento dialético da totalidade, que auxilia na análise da patrimonialização de paisagens amazônicas. Assim a perspectiva dialética,

[...] visa simultaneamente os conjuntos e seus elementos constitutivos, as totalidades e suas partes, é ao mesmo tempo análise e síntese, é movimento reflexivo do todo às partes e reciprocamente... É sempre negação, porque nega as leis da lógica formal (identidade; não-contradição; terceiro excluído) na medida em que as hipóteses e os fatos que esta permite analisar são abstraídos do conjunto concreto que os ultrapassa. (BRUYNE, 1977, p. 65-66).

Bruyne descreve a dialética como sendo uma metodologia geral, expressa na análise de um objeto científico a partir da superação de qualquer relação linear do processo, como a realidade concreta problematizada e formada por partes articuladas a uma totalidade se constituindo sempre num processo que expressa negação quando a análise do objeto é apresentada como a evolução de um percurso a cumprir. Já Para Merleau-Ponty (1984, p. 222-223), o visível e o invisível não podem ser entendidos como oposição para compreensão do ser e o nada, deve haver a superação da visão dicotômica da busca a razão como único caminho do pensamento. Para o autor, o visível e o invisível são sempre possibilidades do vir à ser. Assim, o visível e invisível podem ser compreendidos como transitoriedade, movimento e processo em constante construção.

Assim, pensar de forma alternativa, a patrimonialização no contexto amazônico pressupõe considerar que os patrimônios a serem ativados são fragmentos de uma totalidade amazônica em constante interação com o mundo, mas que resistem às influências da patrimonialização do mundo pelas singularidades locais. Na Amazônia, as paisagens não são estáticas, são fluxos, movimentos, processos socioculturais e práticas de trabalho ancestrais e atuais que a todo instante são re-significados pela memória coletiva<sup>10</sup>. Neste sentido, entendemos que o não reconhecimento da paisagem como integrante de um sistema espacial complexo, embebido em contradições sociais e articulado localmente e globalmente, favorece a fragmentação, dominação e hierarquização dos fragmentos espaciais e paisagens a serem selecionados.

A patrimonialização quando analisada pela dialética revela contradições, processos, reciprocidade, movimento, totalidade e transformação da quantidade em qualidade ou lei do progresso por saltos. Assim, inferimos que é necessário repensar o modelo de patrominialização de paisagens amazônicas procurando construir transições, partindo do cotidiano dos sujeitos locais, passando pela lógica da patrimonialização oficial e chegando a *patrimonialização subalter-*

<sup>10</sup> Citando Halbwachs, Abreu (2011) ratifica a ideia de que a memória coletiva é decorrente das resistências e relações que os sujeitos tiveram coletivamente com espaços. A memória coletiva não se restringe a memória individual, pois esta possui leis próprias, mas estaria vinculada a forma como os sujeitos edificam conjuntamente as memórias subjetivas. A memória coletiva não seria a somatória de memórias individuais, mas as memórias vividas coletivamente nas famílias, grupos e sociedades.

na num movimento incessante que busca dar saltos qualitativos significativos considerando a totalidade social e espacial dos povos amazônicos rompendo com a noção de paisagem inerte fruto da ideia de uma realidade que não se transforma, considerando os processos desiguais de apropriação do espaço, entendendo que a *patrimonialização global* age discursivamente pela totalidade, mas que se efetiva pela seleção e fragmentação de áreas, que a história social é o que dá vida e sentido às paisagens e, principalmente, que elas são produzidas pelas dinâmicas contraditórias de produção do espaço global e de paisagens locais. Na Amazônia, os patrimônios materiais e imateriais emanados do processo de produção de paisagens não surgem de uma concepção romântica de evolução de paisagem, na qual se ignoram as lutas de classes, segregações socioespaciais e o processo perverso de colonização imposto à região por séculos, posto que, as paisagens variam conforme os povoados, bairros, complexos naturais e diversidade cultural e são produtos da significação, interpretação e trabalho humanos.

### **A Patrimonialização da Unesco na Amazônia e suas Relações com a Patrimonialização Subalterna**

A patrimonialização na Amazônia imposta pela Unesco, apesar de apresentar avanços por reconhecer outros patrimônios, que não apenas os feitos de pedra e cal, foi muito pontual, especialmente pelo fato de as decisões finais terem ficado sob responsabilidade de *profissionais do patrimônio*.

Apesar dos avanços, no que se refere à metodologia de trabalho da Unesco, foi evidente uma hierarquização ao determinar o que deveria ser considerado patrimônio, pois na Amazônia, apesar de toda a riqueza cultural e natural, apenas o sítio do Complexo da Amazônia e dois rituais indígenas foram reconhecidos como patrimônio. A própria noção de sítio é problemática, pois na geografia, o sítio sempre possui seus limites bem definidos, pressupõe uma fração espacial, um local que independe do todo da qual faz parte. Neste sentido, a Unesco trata sítio como local *fechado*, composto por paisagens que se destacam do todo. Assim, apesar de avançar no sentido de reconhecer outras paisagens que não são feitas de pedra e cal, a instituição reproduz o ideário de sítio como local único, porém quando nos reportamos ao contexto amazônico é inviável *recortar* biomas, patrimônios materiais e imateriais, como se não estivessem pertencendo a uma totalidade social, natural e cultural que dá sentido às singularidades da região.

Os patrimônios chancelados pela Unesco na Amazônia tentaram expressar paisagens e patrimônios imateriais como se fossem representativos de toda diversidade e complexidade de patrimônios existentes na região, além de apresentar a região como um *santuário natural de propriedade de*

*toda humanidade* de excepcional e espetacular valores destinados a serem observados, apreciados, cuidados, preservados e valorizados. Tal visão reforça a concepção de Amazônia como *paraíso natural*, sem conflitos, tensões sociais e econômicas. Ressalta-se que a Unesco reconheceu, em 2013, como patrimônio imaterial as festividades do círio de Nossa Senhora de Nazaré, o ritual indígena situado entre o cerrado e a floresta amazônica expresso pela preservação da *Ordem Cósmica* da tribo *Enawene Nawe*, em 2011 e as expressões orais e gráficas dos Wajapis que são indígenas do Amapá, em 2008. Apesar do reconhecimento, tais manifestações patrimoniais amazônicas expressam, tão somente, um percentual mínimo no que denominamos *patrimônios subalternos*.

É a partir desta perspectiva que devemos compreender que as paisagens visíveis chanceladas pela Unesco na Amazônia, apesar de inscritas em processos naturais e da cultura indígena imaterial, fazem parte de um processo de reconhecimento limitado dos patrimônios culturais dos países periféricos ao capitalismo central. No contexto amazônico, as paisagens invisíveis, objeto maior da *patrimonialização subalterna* e edificadas pelas populações de colonos, extratores, índios e sujeitos empobrecidos da região, misturam-se as materialidades e imaterialidades que partem do espaço de paisagens concretas, mas não se restringem a elas, sempre expressam relações que misturam o interno e o externo, a totalidade e as partes, o movimento e a historicidade enquanto processos incessantes. As paisagens invisíveis amazônicas são sempre relacionais e se manifestam no espaço pela lógica contínua da produção do espaço. Contudo, ressalta-se que as paisagens visíveis, num momento inicial, expressam a situação geográfica da paisagem dada, por apresentarem algumas das características das paisagens invisíveis, que no contexto dos sujeitos amazônicos não se restringem às edificações históricas em centros urbanos ou a elementos naturais evoluídos.

A metáfora da *patrimonialização subalterna* representa um jogo, uma construção teórica, uma conjectura subversiva que busca questionar a patrimonialização oficial dos *arquitetos do mundo* e servir como contra-movimento direcionado a visibilizar os patrimônios não visíveis propositalmente contidos nos interiores de bairros periféricos, nas matas, águas e solos amazônicos, cultivados e reproduzidos pelos habitantes locais que sofrem as ações predatórias multifacetadas do capitalismo e da *patrimonialização global*. O discurso dominante da transmissão do patrimônio como algo dado destacado por Smith (2006, p. 11) pode subsidiar a discussão sobre a ativação de patrimônios na Amazônia ao enfatizar a importância de reconhecimento de *discursos subalternos* não hegemônicos.

Na perspectiva de Costa (2017, p. 61) urge a necessidade de subversão e visibilização do utopismo patrimonial territorial<sup>11</sup> como tentativa de dar visibilidade aos grupos sociais empobrecidos da

<sup>11</sup> Para Costa (2017) o patrimônio territorial enquanto utopia valoriza os *territórios de exceção* inscritos em diferentes espacialidades na América Latina, busca a partir da realidade criar possibilidades de mudança, de construção da consciência de transformação enquanto sujeitos ativos. O patrimônio territorial enquanto utopia tem haver com a resistência emanada do processo de colonialidade que impôs os *territórios de exceção*, sendo os mesmos fruto de um perverso processo de aculturação, imposição da pobreza, não consideração da cultura afro-indígenas, a subordinação à práticas perversas de trabalho, a exploração econômica, ao alastramento da injustiça social. Então, os *territórios de exceção* devem romper com as amarras históricas a que foram submetidos, as dinâmicas econômicas, culturais e sociais que marginalizaram as populações locais.

América Latina, em especial, os negros, índios e populações marginalizadas propositalmente pela ordem da modernidade européia capitalista desdobrada na colonialidade pode demonstrar que os resquícios, resíduos e locais das periferias das cidades e áreas rurais, dos locais de memória e resistência a colonialidade do poder são expressões de práticas de trabalho, valorização de maiorias marginalizadas e inversão da lógica da patrimonialização, da ressignificação turística e evidencia de formas singulares de produção de paisagens, territórios e espaços na América Latina.

Os Utopismos patrimoniais territoriais propostos por Costa (2016, p. 3-5) vão de encontro à noção de *patrimonialização subalterna* que defendemos, pois compreendemos o espaço da patrimonialização pelas contradições sociais e defesa do espaço de paisagens invisíveis desvinculado da ideia de real e da noção de patrimônio como herança a ser transmitida sem maiores questionamentos, tão pouco se limitando a descrição de características físicas de paisagens patrimonializadas oficialmente para serem consumidas e observadas, senão *bestificadas*.

Quando consideramos as relações dialéticas que envolvem o visível e o invisível às paisagens produzidas pelas interações entre o local e o global na Amazônia, pelas minorias pobres da região distribuídas em fragmentos de espaços agrários, agrícolas e extrativistas, especialmente, os mateiros, ribeirinhos, extratores, índios e a maioria marginalizada das periferias que habitam as cidades da região que produzem e entendem as paisagens como processos de resistência frente às formas de dominação e reprodução singular dos meios de vida teremos novas possibilidades de reversão da ordem da *patrimonialização global* que poderão ser edificadas. É assim que a *patrimonialização subalterna* dá sentido, sustentabilidade teórica e prática às culturas marginalizadas dos sujeitos amazônicos dando vozes aos censurados e não reconhecidos como produtores de patrimônio, permitindo ações e sustentando saberes, fazeres, epistemologias e ontologias ignoradas pela lógica colonizadora e colonialista.

## Algumas Considerações

A *Geografia do Patrimônio Mundial* é marcada pela luta de classes, pela reprodução do capital e pelo ordenamento do território visando a *patrimonialização global*, sendo que, na Amazônia esse contraste é bem mais acentuado por unir modernidade e tradição, pelo fato da região ser estigmatizada como espaço vazio, dotada de recursos naturais que precisam ser patrimonializados à maneira dos *arquitetos do mundo*, ser celeiro de conflitos sociais decorrentes das ações dos grandes projetos geoeconômicos e estigmatizada como paraíso verde.

A *pedagogia da preservação* não pode ser a guia da patrimonialização de paisagens amazônicas, nem

estar limitada a processos burocráticos e gerenciais vinculados a identificação de paisagens. No interior da região amazônica as paisagens não se congelam, os patrimônios não são transmitidos de geração a geração de forma estática, nem se restringem a “pedra e cal”. A riqueza da biodiversidade, as pluralidades culturais, os elementos naturais, o sincretismo religioso, os costumes, as lutas históricas contra o grande capital, constituem patrimônios subversivos que territorializam e desterritorializam paisagens a todo instante. A utopia descrita por Costa (2016, p. 65) ao evocar processos de resistência, mobilidade frente à rigidez das ações da cultura patrimonial dominante e um desejo de criação de novas possibilidades de existência, mais fraternos e estruturados pelas dinâmicas locais, pontencializam novas reflexões.

A super evidência dos *profissionais do patrimônio* no processo de patrimonialização representa um caráter autoritário, conforme discutem Hernández e Tresseras (2001, p. 116). A patrimonialização implementada pela Unesco não pode ficar circunscrita a atos gerenciais isolados, visto que o real sentido da ativação patrimonial deve ter por fundamento o chancelamento das sociedades locais, cujos patrimônios são representativos de suas identidades que, em geral, são muito dissonantes do *discurso autorizado* problematizado por Smith (2006, p.94) e, principalmente, quando entendemos que os processos de ativação de patrimônios, conforme descreve Canals (2006, p. 81), representam dinâmicas que devem ser negociadas e expressar processos de resistências frente à lógica global.

Assim, as paisagens enquanto emanções de relações visíveis e invisíveis dialeticamente compreendidas expressam processos e conjecturas que orientam a dinâmica de patrimonializações na Amazônia e contribuem para relativizar, problematizar e desmistificar os discursos dominantes que consideram as paisagens regidas pela dinâmica da evolução desvinculada do real, do mundo desigual e em mutação. Construir endogenamente processos de patrimonialização pressupõe edificar um objeto teórico e práticas utilitárias que levem a subversões e indiquem alternativas para patrimonializações em contextos amazônicos fundamentadas no consumo, uso, produção, apropriação, significação e, principalmente, na democratização de paisagens pela *patrimonialização subalterna* e que considerem a realidade de sujeitos amazônicos marginalizados propositalmente e que se opõem à dinâmica da *patrimonialização global* como práticas espaciais e produção de paisagens não petrificadas.

## Referências

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *et al.*(Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p.19-39.

BRUYNE, Paul de. *Pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.

CANALS, Llorenç Prats. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*. Sevilla, v. 14, n. 58, 2006, p. 72-80. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=1458235>>. Acesso em: 4 jun. 2019

CARTA DE VENEZA. IPHAN. 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6. ed. São Paulo: Unesp, 2017.

Convenção Europeia da Paisagem Florença 20. X. 2000. Disponível em: <<https://m.coe.int/16802f3fb7>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial UNESCO. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

COSTA, Everaldo Batista da. *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana: totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2015.

COSTA, Everaldo Batista da. Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA LAS UTOPIAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO, 14., 2016, Barcelona. *Anais...* Barcelona: UB, 2016. p. 1-32. Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/xiv\\_everaldocosta.pdf](http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf)>. Acesso em: 7 nov. 2018.

COSTA, Everaldo Batista da. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*. Bogota, v. 26, n. 2, p. 53-75, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/59225>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan. *Management of cultural heritage*. Barcelona: Ariel, 2001.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

Orientações técnicas para aplicação da convenção do patrimônio mundial. UNESCO, ago. 2011. p. 18. Disponível em: <[whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc](http://whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc)>. Acesso em: 9 abr. 2019.

Patrimônio Imaterial. UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heri-tage/intangible-heritage>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1\\_PaisagemCultural m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2018.

RIBEIRO, Rafael Winter. Patrimônio, discurso e prática: incursões sobre democracia e cidadania a partir do Rio de Janeiro e o patrimônio mundial. In: PAES, Maria Tereza Duarte; SOTRATTI, Marcelo Antônio (Org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 45-66.

SANTOS, Milton. O espaço como categoria filosófica. *Revista Terra Livre*. São Paulo, n. 5, p. 9-20, 1988. Disponível em: <[www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/download/67/67](http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/download/67/67)>. Acesso em: 4 abr. 2018.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2012 (Coleção Milton Santos – 2).

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 [1925].

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. In: *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, v. 7, p. 79-85, 2003. Disponível em: <<https://evistas.ufpr.br/raega/article/view/3353>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SILBERMAN, Neil. A.; Carvalho, Aline; FUNARI, Pedro P. (Org.). *Desafios para o patrimônio mundial: em busca de novas práticas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Abingdon: Routledge, 2006. Disponível em: <<https://rbb85.files.wordpress.com/2015/11/laurajane-smith-uses-of-heritage.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. As ideologias espaciais e o patrimônio cultural e: imagem e promoção turística. *Revista Espaço e Geografia*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p. 601-625, 2013. Acesso Disponível em: 6 em: jun.<<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/2019view/271/196>>.

*Recebido em: 24 de fevereiro de 2019*  
*Aprovado em: 24 de maio de 2019*